

01 Q663543 Direito Constitucional ► Remédios Constitucionais – habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular

BETA

Ano: 2016 Banca: FGV Órgão: COMPESA Prova: Advogado

Ednaldo soube por um amigo que determinada empresa pública estadual mantinha em seu poder diversas informações, relativas à sua pessoa, que seriam incorretas. Ato contínuo procurou um advogado e solicitou esclarecimentos de como deveria proceder para retificar os dados incorretos.

À luz da sistemática constitucional brasileira, assinale a afirmativa correta.

- a) Ednaldo deve impetrar um mandado de segurança, quer tenha solicitado a retificação dos dados à autoridade administrativa, quer não.
- b) Ednaldo deve impetrar um mandado de segurança, desde que tenha solicitado a retificação dos dados à autoridade administrativa e tal tenha sido negado.
- c) Ednaldo deve impetrar um mandado de injunção, de modo que o tribunal competente fixe os balizamentos a serem observados na correção dos dados.
- d) Ednaldo deve impetrar um *habeas data*, que pressupõe a apresentação de prova do indeferimento administrativo do pedido de retificação.
- e) Ednaldo deve impetrar um *habeas data*, que independe da formulação de prévio requerimento de retificação na esfera administrativa.

02 Q650339 Direito Constitucional ► Remédios Constitucionais – habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular

Ano: 2016 Banca: TRT 4ª Região Órgão: TRT - 4ª REGIÃO (RS) Prova: Juiz do trabalho

Considere as assertivas abaixo sobre tutelas constitucionais das liberdades.

I - A entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

II - Sobrevindo norma regulamentadora, quando em curso mandado de injunção, prestar-se-á a via eleita para sanar a lacuna normativa do período pretérito à edição da lei regulamentadora.

III - É cabível a utilização de habeas data para a obtenção de vista de processo administrativo, na medida em que tal ação constitucional visa a assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante.

Quais são corretas?

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Apenas II e III
- e) I, II e III

03 Q647283 Direito Constitucional ► Remédios Constitucionais – habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular

Ano: 2016 Banca: CESPE Órgão: PC-PE Prova: Escrivão de Polícia Civil

Uma autoridade pública de determinado estado da Federação negou-se a emitir certidão com informações necessárias à defesa de direito de determinado cidadão. A informação requerida não era sigilosa e o referido cidadão havia demonstrado os fins e as razões de seu pedido.

Nessa situação hipotética, o remédio constitucional apropriado para impugnar a negativa estatal é o(a)

- a) ação popular.

- b) mandado de segurança.
- c) *habeas data*.
- d) *habeas corpus*.
- e) mandado de injunção.

04 Q650674 Direito Constitucional ► Remédios Constitucionais – habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular

Ano: 2016 Banca: FAFIPA Órgão: Câmara de Cambará - PR Prova: Procurador Jurídico

O mandado de segurança é regido pela lei 12.016, bem como por disposições constitucionais. Nessa toada, de acordo com o regramento aplicável, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
- b) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- c) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial, praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- d) A sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, não impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.

05 Q643987 Direito Constitucional ► Remédios Constitucionais – habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular

Ano: 2016 Banca: CONSULPLAN Órgão: TJ-MG Prova: Titular de Serviços de Notas e de Registros

São isentos do pagamento de custas e taxas judiciais, **EXCETO**:

- a) O *Habeas Data*.
- b) O *Habeas Corpus*.
- c) A Ação Popular.
- d) O Mandado de Segurança.

06 Q657174 Direito Constitucional ► Remédios Constitucionais – habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular

Ano: 2016 Banca: FUMARC Órgão: Prefeitura de Matozinhos - MG Prova: Advogado

Acerca da garantia de mandado de segurança, é **INCORRETO** afirmar que

- a) autoridade coatora é aquela que exerce poder de decisão acerca do ato ilegal ou abusivo praticado e não seu mero executor.
- b) constitui remédio apto a defender prerrogativa afeta ao cargo titularizado, na hipótese em que uma autoridade é alcançada por conduta ilegal ou abusiva de outra.
- c) o pressuposto direito líquido e certo impede que seja impetrado mandado de segurança para defender direito cujo sentido ou extensão sejam controversos.
- d) são considerados atos ilegais aqueles que violam norma constitucional.

07 Q637233 Direito Constitucional ► Remédios Constitucionais – habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular

Ano: 2016 Banca: CONSULTEC Órgão: Prefeitura de Ilhéus - BAProva: Procurador

Conceder-se-á *habeas data*

- a) sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.
- b) sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- c) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- d) para a ratificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- e) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial e administrativo.

08 Q628288 Direito Constitucional ► Remédios Constitucionais – habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular

Ano: 2016 Banca: FGV Órgão: IBGEProva: Analista

De acordo com o texto da Constituição da República de 1988 e com a doutrina de Direito Administrativo, o mandado de segurança é:

- a) ação de fundamento constitucional pela qual se torna possível proteger o direito líquido e certo do interessado contra ato do Poder Público ou de agente de pessoa privada no exercício de função delegada;
- b) remédio constitucional cabível quando houver falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
- c) meio processual previsto na Constituição para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- d) instrumento constitucional à disposição de qualquer cidadão que visa a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;
- e) demanda de ordem constitucional à disposição de qualquer cidadão para a restituição da verdade sobre fato juridicamente relevante com a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

09 Q629367 Direito Constitucional ► Remédios Constitucionais – habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular

Ano: 2016 Banca: FCC Órgão: TRF - 3ª REGIÃOProva: Analista Judiciário - Contabilidade

Geremoabo, dirigente de sociedade de economia mista da qual participa o Estado de São Paulo, pratica ato que causa dano ao patrimônio da empresa. Inconformado com tal ato, Trasíbulo resolve questioná-lo judicialmente.

Para tanto, poderá fazer uso de

- a) mandado de segurança, desde que comprove possuir domicílio no Estado de São Paulo.
- b) mandado de segurança, pouco importando o local de seu domicílio.
- c) ação popular, desde que demonstre a sua qualidade de cidadão, pouco importando o local de seu

domicílio.

- d) ação popular, bastando para tanto a prova de que reside no país e que possui domicílio no Estado de São Paulo.
- e) ação popular, desde que demonstre a sua qualidade de cidadão e que possui domicílio no Estado de São Paulo.

10 Q645391 Direito Constitucional ► Remédios Constitucionais – habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular

Ano: 2016 Banca: VUNESP Órgão: IPSMI Prova: Procurador

A ação popular, assim como o voto, a iniciativa popular, o plebiscito e o referendo, configura-se como relevante instrumento de democracia direta e de participação política. A respeito da ação popular, assinale a alternativa correta.

- a) Pode ser proposta por qualquer brasileiro nato ou naturalizado
- b) Esse remédio constitucional tem por escopo anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- c) O autor da ação popular é isento de custas judiciais, salvo se a ação for julgada improcedente. Nesse caso, dispensa-se o recolhimento retroativo dos valores, sendo obrigatório, porém, o pagamento das custas judiciais a partir de então.
- d) A propositura de ação popular, como forma de dar maior efetividade ao direito de petição e ao acesso à Justiça, tal qual o caso excepcional das ações propostas perante os juizados especiais cíveis, pode ocorrer sem a presença de advogado.
- e) Trata-se de remédio constitucional que pode ser utilizado pelo Ministério Público em razão de pedido subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

11 Q643050 Direito Constitucional ► Remédios Constitucionais – habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular

Ano: 2016 Banca: VUNESP Órgão: Câmara de Marília - SP Prova: Procurador Jurídico

Em relação ao *habeas data*, é correta a seguinte afirmação.

- a) O *habeas data* sempre pode ser concedido para conhecimento de informações relativas a terceiros, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- b) Considera-se de caráter público todo registro ou banco de dados contendo informações que sejam ou possam ser transmitidas a terceiros ou que não sejam de uso privativo do órgão ou entidade produtora ou depositária das informações.
- c) O *habeas data* não pode ser impetrado para que o interessado apresente explicação sobre dado verdadeiro mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável.
- d) Quando a sentença conceder o *habeas data*, o recurso terá efeito suspensivo e devolutivo.
- e) O pedido de *habeas data* não pode ser renovado em nenhuma hipótese.

12 Q623105 Direito Constitucional ► Remédios Constitucionais – habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular

Ano: 2016 Banca: FCC Órgão: Prefeitura de São Luiz - MA Prova: Procurador Municipal

O Sindicato das Casas de Diversões de determinado Estado da federação, que desde o início dos anos 2000 congrega empresas que atuam no setor do entretenimento e eventos, impetra mandado de injunção no Supremo Tribunal Federal, diante da inércia do Congresso Nacional em regulamentar a atividade de jogos de bingo no país. Nessa hipótese, à luz da Constituição da República e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, o mandado de injunção

- a) é cabível, na medida em que a ausência da norma regulamentadora inviabiliza o exercício do direito à livre iniciativa e à liberdade de exercício de trabalho, ofício ou profissão.
- b) não é cabível, por ser do Superior Tribunal de Justiça a competência para processar e julgar o mandado de injunção quando a norma regulamentadora cuja ausência se pretenda suprir for atribuição de autoridade federal.
- c) não é cabível, pois o sindicato não possui legitimidade para a propositura de mandado de injunção.
- d) é cabível, na medida em que é competência da União legislar privativamente sobre sorteios e consórcios.
- e) não é cabível, por inexistir direito constitucionalmente assegurado cujo exercício seja inviabilizado pela ausência de norma regulamentadora.

13 Q603645 Direito Constitucional ► Remédios Constitucionais – habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular

Ano: 2015 Banca: IBFC Órgão: MGSProva: Direito

Assinale a alternativa correta considerando as disposições da lei federal nº 4.717, de 29/06/1965, que regula a ação popular.

- a) Consideram-se patrimônio público, para os fins da referida lei, apenas, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético ou histórico.
- b) A sentença que, julgando procedente a ação popular, decretar a invalidade do ato impugnado, condenará ao pagamento de perdas e danos os responsáveis pela sua prática e os beneficiários dele, sendo vedada a ação regressiva contra os funcionários causadores de dano.
- c) A sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do dobro das custas.
- d) Em se tratando de instituições ou fundações, para cuja criação ou custeio o tesouro público concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, bem como de pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas, as consequências patrimoniais da invalidez dos atos lesivos terão por limite a repercussão deles sobre a contribuição dos cofres públicos.

14 Q584712 Direito Constitucional ► Remédios Constitucionais – habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular

Ano: 2015 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de São Paulo - SPProva: Auditor de Controle Interno

A respeito dos remédios constitucionais previstos na Carta Magna brasileira, é correto afirmar que

- a) o mandado de segurança pode ser preventivo e repressivo e não se sujeita a prazo prescricional ou decadencial.
- b) o *habeas data* se destina à obtenção de certidões ou informações de interesse particular, coletivo ou geral.
- c) a ação popular não pode ser ajuizada pelo Ministério Público, pessoas jurídicas e menores de dezesseis anos de idade.
- d) o *habeas corpus*, como garantia do direito de locomoção, é gratuito e não dispensa a sua impetração por meio de advogado.
- e) o mandado de injunção pode ser ajuizado em face de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado.

15 Q618653 Direito Constitucional ► Remédios Constitucionais – habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular

Ano: 2015 Banca: IBEG Órgão: Prefeitura de Teixeira de Freitas - BAProva: Advogado

Sobre a tutela constitucional das liberdades ou direitos fundamentais, indique a alternativa CORRETA:

- a) O Mandado de segurança é destinado à defesa de interesse de natureza coletiva, visando anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, podendo ser proposta por qualquer cidadão.
- b) O Habeas corpus é utilizado contra ilegalidade ou abuso de poder no tocante ao direito de locomoção do indivíduo, que alberga o direito de ir, vir e permanecer do indivíduo.
- c) O Habeas data é utilizado sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.
- d) A Ação popular é ação judicial utilizada quando direito líquido e certo do indivíduo for violado por ato de autoridade governamental ou de agente de pessoa jurídica de direito privado que esteja no exercício de atribuição do Poder Público.
- e) O Mandado de Injunção é utilizado para que o indivíduo tenha acesso, retifique ou justifique registros de sua pessoa, constantes de banco de dados de caráter público.

16 Q563994 Direito Constitucional ► Remédios Constitucionais – habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular

Ano: 2015 Banca: FAPEC Órgão: MPE-MSProva: Promotor de Justiça

O *habeas corpus* pode ser impetrado por:

I - Pessoa física.

II - Pessoa jurídica.

III - Estrangeiro não domiciliado no Brasil.

IV - Analfabeto, bastando que alguém assine por ele.

- a) Apenas I está correta.
- b) I e II estão corretas.
- c) I e III estão corretas.
- d) I e IV estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

17 Q553563 Direito Constitucional ► Remédios Constitucionais – habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular

Ano: 2015 Banca: UEPA Órgão: PGE-PAProva: Procurador

Quanto às Ações Constitucionais é **INCORRETO** afirmar, consoante o STF, que:

- a) é lícito ao impetrante desistir da ação de mandado de segurança, independentemente de aquiescência da autoridade apontada como coatora ou da entidade estatal interessada ou, ainda, quando for o caso, dos litisconsortes passivos necessários.
- b) não cabe habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- c) a ação de habeas data visa à proteção da privacidade do indivíduo contra abuso no registro e/ou revelação de dados pessoais falsos ou equivocados, sendo meio idôneo, pois, para obter-se vista de processo administrativo.
- d) a orientação do STF é pela prejudicialidade do mandado de injunção com a edição da norma regulamentadora então ausente. Excede os limites desta Ação a pretensão de sanar eventual lacuna normativa do período pretérito à edição da lei regulamentadora.
- e) pessoas físicas já impetrantes de mandados de segurança individuais não possuem autorização constitucional para nova impetração "coletiva".

18 Q519065 **Direito Constitucional** ▶ **Remédios Constitucionais – habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular**

Ano: 2015 Banca: CETRO Órgão: MDSP Prova: Atividade de Complexidade Gerencial

Tito, ao verificar a ocorrência de uma situação lesiva à moralidade administrativa, busca, no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, a ação judicial adequada a ser proposta com o objetivo de anular o ato lesivo. Assinale a alternativa que apresenta o nome do remédio constitucional cabível para a situação retratada.

- a) Ação Popular.
- b) Mandado de Segurança.
- c) Habeas Corpus.
- d) Habeas Data.
- e) Mandado de Injunção.

19 Q663400 **Direito Constitucional** ▶ **Remédios Constitucionais – habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular**

Ano: 2016 Banca: VUNESP Órgão: TJ-SP Prova: Titular de Serviços de Notas e de Registros

Assinale a alternativa correta sobre o mandado de segurança.

- a) É cabível contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas.
- b) É cabível contra ato disciplinar.
- c) Serve para proteger direito líquido e certo, ainda que amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.
- d) É cabível contra lei ou ato normativo em tese.

Respostas 01: d 02: a 03: b 04: c 05: d 06: c 07: c 08: a 09: c 10: b 11: b 12: e 13: d 14: c
15: b 16: e 17: c 18: a 19: b

Qconcursos.com

www.qconcursos.com